



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 228/2017. CONTRATADO: SALVI LOPES & CIA LTDA ME. CNPJ 82.478.140/0001-34. ESTIMATIVA DE FORNECIMENTO: R\$3.069,04(três mil sessenta e nove reais e quatro centavos). Vigência: 12 meses. Assinatura: 21/06/2017.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 229/2017. CONTRATADO: SATELITE COMERCIAL EIRELI - EPP. CNPJ 82.629.072/0001-67. ESTIMATIVA DE FORNECIMENTO: R\$20.694,83(vinte mil seiscentos e noventa e quatro reais e oitenta e três centavos). Vigência: 12 meses. Assinatura: 21/06/2017.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 230/2017. CONTRATADO: STELLA & GIGLIO STELLA LTDA - EPP. CNPJ 17.121.763/0001-93. ESTIMATIVA DE FORNECIMENTO: R\$162.662,80(cento e sessenta e dois mil seiscentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos). Vigência: 12 meses. Assinatura: 21/06/2017.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 231/2017. CONTRATADO: TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA USO MEDICO EIRELI EPP. CNPJ 12.069.550/0001-46. ESTIMATIVA DE FORNECIMENTO: R\$2.895,20(dois mil oitocentos e noventa e cinco reais e vinte centavos). Vigência: 12 meses. Assinatura: 21/06/2017.

EXTRATO. PREGÃO PRESENCIAL 59/2017. OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção em equipamentos de lavanderia, para atender as necessidades do Hospital Municipal Carolina Lupion. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº232/2017. CONTRATADO: STELLA & GIGLIO STELLA LTDA EPP. CNPJ/MF 17.121.763/0001-93. VALOR GLOBAL CONTRATUAL: R\$24.000,00(vinte e quatro mil reais). Vigência: 12 meses. Assinatura: 22/06/2017.

PORTARIA Nº 04 de 30 de maio de 2017

Regulamenta normativas para o empréstimo do Cine Teatro Municipal "Valéria Luercy"

O Ilmo. Sr. RAFAEL GUSTAVO POMIM LOPES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CULTURA da cidade de Jaguaraiava - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Decreto nº 018 de 02 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Artigo 1º - A cessão de uso do espaço compreendido pelo cine Teatro "Valéria Luercy", seja para eventos da própria Secretaria e/ou Diretores e demais interessados deverão seguir as regras descritas nessa Portaria.

Artigo 2º - Todo pedido de cessão deverá ser encaminhado aos cuidados do Diretor de Departamento de Cultura.

Artigo 3º - Os pedidos deverão ser protocolados imprimevelmente e com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis, antes da realização do evento.

Artigo 4º - No requerimento ou ofício com o pedido de cessão deverá ser informado todo e quaisquer recursos do espaço que serão utilizados, tais como:

I - Panóplia com bandeiras Nacional, Estadual e Municipal ou panóplia ampliada com mais um mastro para bandeiras de outras localidades, entidades, agremiações etc;

II - Necessidade de execução de Hino Nacional, Estadual e/ou Municipal;

III - Equipamento de som, com ou sem operador;

IV - Projetor multimídia para slides, vídeos etc., com ou sem operador;

V - Mesa para autoridades (informar a quantidade de cadeiras necessárias);

VI - Necessidade de púlpito para utilização do mestre de cerimônias e/ou autoridades;

VII - Cessão do espaço da Praça de Alimentação para realização de credenciamentos, grupos de trabalho, café, lanches etc;

VIII - Necessidade de bebedouro eletrônico com água mineral e copos descartáveis nas dependências do auditório;

IX - Utilização do palco e escadaria de acesso ao mesmo;

X - Utilização do camarim.

Artigo 5º - No caso de evento de grande vulto, cuja capacidade do Cine Teatro exceda o número de 50 (cinquenta) componentes, é necessário o encaminhamento/contratação de 01 (uma) auxiliar de serviços gerais para colaborar na limpeza do espaço

Artigo 6º - Ficam vedados os agendamentos nas segundas-feiras, sextas-feiras e finais de semana, devido às atividades cinematográficas deste espaço.

Artigo 7º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Jaguaraiava, 30 de maio de 2017.

RAFAEL GUSTAVO POMIM LOPES
Diretor de Departamento de Cultura

Nº 119, sexta-feira, 23 de junho de 2017

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

35

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 81, DE 22 DE JUNHO DE 2017

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
BA	Rio de Santana	Enxurrada - 1.4.11.0	201	10/05/17	59051.003712/2017-29
MG	Nova Porteira	Enxurrada - 1.4.11.0	18	15/05/17	59051.00386/2017-47
PR	Jaguaraiava	Enxurrada - 1.2.2.0.0	542	09/06/17	59051.003804/2017-64
PR	Palmital	Tempestade Local/Convectiva - Ventaral - 1.3.2.1.5	44	09/06/17	59051.00385/2017-11
PR	Rosário do Ivaí	Enxurrada - 1.2.2.0.0	264	14/06/17	59051.003885/2017-40
RS	Arroio do Sal	Enxurrada - 1.2.2.0.0	21	02/06/17	59051.003838/2017-59

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012017062300035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



36

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 119, sexta-feira, 23 de junho de 2017

RS	Grândola Godói	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	110	09/06/17	59051.003869/2017-18
RS	Canoas	Inundações - 1.2.1.0.0	146	09/06/17	59051.003868/2017-65
RS	Crítico	Enxurradas - 1.2.2.0.0	1.522	09/06/17	59051.003856/2017-31
RS	Condutina	Enxurradas - 1.2.2.0.0	043	31/05/17	59051.003777/2017-76
RS	Entre-Ijuí	Enxurradas - 1.2.2.0.0	63	09/06/17	59051.003795/2017-76
RS	Lobato Salom	Enxurrada - 1.2.2.0.0	71	02/06/17	59051.003842/2017-40
RS	Mato Leão	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	3.967	08/06/17	59051.003793/2017-65
RS	Pádua	Enxurradas - 1.2.2.0.0	7.563	08/06/17	59051.003790/2017-89
RS	Pineirinho do Vale	Enxurradas - 1.2.2.0.0	037	01/06/17	59051.003858/2017-20
RS	Porto Lucena	Enxurradas - 1.2.2.0.0	21	09/06/17	59051.003880/2017-70
RS	Prato Vera Cruz	Inundações - 1.2.1.0.0	1.856	08/06/17	59051.003846/2017-03
RS	São Nicolau	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	2.809	02/06/17	59051.003869/2017-77
RS	Scheli	Enxurrada - 1.2.2.0.0	27	08/06/17	59051.003876/2017-34
RS	Taquara	Enxurradas - 1.2.2.0.0	4.390	08/06/17	59051.003864/2017-87
RS	Tibá Palmeras	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	035	08/06/17	59051.003848/2017-94
RS	Viamão	Enxurradas - 1.2.2.0.0	083	09/06/17	59051.003865/2017-21
RS	Vista Gaúcha	Enxurradas - 1.2.2.0.0	032	05/06/17	59051.003854/2017-41
RS	Vitória das Missões	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	2.059	14/06/17	59051.003881/2017-14
SE	Pico Verde	Enxurrada - 1.4.11.0	192	11/06/17	59051.00386/2017-98
SP	Matão	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	4.997	07/04/17	59051.003665/2017-56

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

PR - Tribunal de Contas do Estado do Paraná

PRIMEIRA CÂMARA
Acórdãos

22/06/2017-PROCESSO Nº: 268822/16 ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL ENTIDADE: **SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUARAIÁVA** INTERESSADO: DEMERVAL ZIEMER BATISTA DA CRUZ, REGINALDO APARECIDO CHEIRUBIM RELATOR: CONSELHEIRO FÁBIO DE SOUZA CAMARGO ACÓRDÃO Nº 2754/17 - PRIMEIRA CÂMARA **Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaguaraiava**. Exercício Financeiro de 2015. Regularidade das Contas. RELATÓRIO Trata-se dos autos do processo da prestação de contas anual do **Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaguaraiava**, referente ao exercício financeiro de 2015, de responsabilidade do senhor Demerval Ziemer Batista da Cruz, diretor geral, no período de 01/01/2014 a 20/02/2015; da senhora Larissa Penteado Carneiro, diretora geral no período de 21/02/2015 a 26/02/2015; e do senhor Reginaldo Aparecido Cheirubim, diretor geral, no período de 27/02/2015 a 31/12/2015. A Coordenadoria de Fiscalização Municipal, por intermédio da Instrução nº 1.214/17 (peça 21), manifestou-se pela regularidade das contas com ressalva em razão do atraso de 14 (quatorze) dias na entrega dos documentos que compõem a prestação de contas correspondente aos dados de encerramento do exercício do Sistema de Informações Municipais Acompanhamento Mensal (Mês 13 do SIM-AM), em ofensa ao disposto no artigo 12, § único da Instrução Normativa nº 108/2015 - TCE/PR, sugerindo aplicação da multa do artigo 87, III, "b" da Lei Complementar nº 113/2005[1], ao diretor geral, senhor Reginaldo Aparecido Cheirubim[2]. A unidade técnica informou que de acordo com a Agenda de Obrigações o prazo determinado para entrega da prestação de contas era 31/03/2016, entretanto, o envio ocorreu somente em 31/03/2016. O Ministério Público de Contas, por intermédio do Parecer nº 4.131/17 (peça 22), corroborou o opinativo técnico pela regularidade das contas com ressalva e multa. II. FUNDAMENTAÇÃO E VOTO Considerando que o atraso de 14 (quatorze) dias na entrega da prestação de contas correspondente aos dados de encerramento do exercício do Sistema de Informações Municipais Acompanhamento Mensal (Mês 13 do SIM-AM), não foi expressivo, tampouco trouxe prejuízo à análise das contas ou à atividade de fiscalização deste Tribunal, afasto a ressalva e deixo de aplicar a multa sugerida pela Unidade Técnica e pelo Ministério Público de Contas. Diante do exposto, e com fundamento no artigo 16, I da Lei Complementar nº 113/2005[3], VOTO pela REGULARIDADE das contas. Transita em julgado a decisão, com fundamento no artigo 398, § 1º do Regimento Interno[4] determino o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivo. VISTOS, relatados e discutidos, ACORDAM os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FÁBIO DE SOUZA CAMARGO, por unanimidade, em: I- Julgar com fundamento no artigo 16, I da Lei Complementar nº 113/2005[5], regulares as contas; II- determinar depois de transitada em julgado esta decisão, com fundamento no artigo 398, § 1º do Regimento Interno[6] o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivo. Votaram, nos termos acima, os Conselheiros NESTOR BAPTISTA, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES e FÁBIO DE SOUZA CAMARGO. Presente o Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas ELIZEU DE MORAES CORREA. Sala das Sessões, 13 de junho de 2017 Sessão nº 20. FÁBIO DE SOUZA CAMARGO Conselheiro Relator NESTOR BAPTISTA Presidente _____ 1. Art. 87. As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, aplicadas em razão dos seguintes fatos: (...) III - No valor de 30 (trinta) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná - UPFR: (Redação dada pela Lei Complementar nº 168/2014) a) deixar de prestar contas anuais no prazo fixado em lei; (...). 2. Reginaldo Aparecido

Cheirubim (Diretor geral no período de 27/02/2015 a 31/12/2015). 3. Art. 16. As contas serão julgadas: I regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, financeiros, a legalidade, a legitimidade, a eficácia e a economicidade dos atos de gestão do responsável, bem como, o atendimento das metas e objetivos; (...). 4. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. § 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator. (...). 5. Art. 16. As contas serão julgadas: I regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, financeiros, a legalidade, a legitimidade, a eficácia e a economicidade dos atos de gestão do responsável, bem como, o atendimento das metas e objetivos; (...). 6. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. § 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator. (...).

[Codifitab: 6098666]

TERMO DE RESCISÃO
CONTRATO PREGÃO ELETRÔNICO 16/2017
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 113/2017

Pelo presente instrumento, entre as partes, **MUNICÍPIO DE JAGUARAIÁVA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno com sede à Praça Isabel Branco, 142, Cidade Alta, Jaguaraiava - PR, inscrita no C.N.P.J nº 75.910.800/0001-38, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ SLOBODA, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 4.336.839-7-PR, e CPF nº 529.333.009-82, residente e domiciliado na PR 151, KM 217, ex postal 11, nesta Cidade, Prefeito Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções, juntamente com os Secretários solicitantes, como **CONTRATANTE**, e como **CONTRATADO** **CLEITON MOREIRA DA SILVA 059705970006 - ME**, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ/MF 12.396.168/0001-66, com sede na Rua Elza Lupion Queiroz, 596, Bairro Jardim Primavera, Pirai do Sul - PR, neste ato representado por Cleiton Moreira Junior, brasileiro, portador do RG nº 949398-7658-SP-PR e CPF nº 059.705.979-96 com endereço na Rua Elza Lupion Queiroz, 596, Bairro Jardim Primavera, Pirai do Sul - PR, pactuam a seguinte alteração contratual.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA OBRIGAÇÃO CONTRATUAL

1.1. Pelo presente termo tem por objeto a Rescisão contratual do ITEM 90 - MARCA ITALAC - Leite em pó integral instantâneo obtido por desidratação do leite de vaca integral e adoçado para alimentação humana, mediante processo tecnológico adequado adicionado de lecitina de soja como emulsificante. Deverão ter boa solubilidade e ter registro no SIF/CIPOA. Validade mínima de 12 meses a contar da entrega. Embalagem 400g, cuja quantidade é estabelecida de 4.850 pacotes ao preço unitário de R\$6,80 reais e oitenta centavos. Contrato Administrativo nº 113/2017, do Pregão Eletrônico 16/2017 com fundamento no protocolado nº 5991/2017, qual faz parte integrante deste instrumento.

1.2. Assim, a empresa contratada deverá de fornecer a contratante o restante do item, ou seja, a quantidade de 4650 pacotes do item 90 ao preço de R\$6,00 reais e oitenta centavos.

1.3. Excluindo, portanto, a obrigação contratual estabelecida no Termo Contratual a Clausula Quarta o valor contratado no montante de R\$32.980,00(trinta e dois mil novecentos e oitenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

Permanecem inalteradas as demais condições estabelecidas no contrato administrativo nº 113/2017 do Pregão Eletrônico nº 16/2017.

Jaguaraiava, 22 de junho de 2017.

MUNICÍPIO DE JAGUARAIÁVA
JOSÉ SLOBODA - CONTRATANTE

CLEITON MOREIRA DA SILVA 059705970006 - ME

CONTRATADA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <https://secweb.procergs.com.br/verificadorweb/>

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.